

AINDA SOBRE OS RÓTICOS NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Silvia Figueiredo Brandão (UFRJ/CNPq)

Alessandra de Paula (UERJ/FAPERJ)

RESUMO

Focalizam-se os róticos no âmbito da variedade urbana do Português de Moçambique (PM) à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Objetiva-se discutir os fatores estruturais e sociais que condicionam o uso das variantes de R na posição pré-vocálica – como em *rosa* e *carro* – na fala de indivíduos que o utilizam como L1 e L2. Realizaram-se análises controlando variáveis estruturais e também sociais, como sexo, faixa etária/nível de escolaridade e as línguas faladas pelos informantes, esta última com o propósito de aquilatar as possíveis interferências das línguas locais, devido à situação multilinguística da área. Os resultados das análises demonstram que o tepe, a variante dominante no PM, ocorre na fala de todos os indivíduos, mas é significativamente mais frequente entre aqueles que o têm como L2. Entre os falantes de PM L1, sobretudo os de nível superior de escolaridade, prevalece a vibrante alveolar, o que os aproxima da norma europeia. Apesar dessas constatações, acredita-se que na gramática do PM ocorra um único fonema rótico.

INTRODUÇÃO

No Português de Moçambique (PM), a distribuição dos róticos não equivale à que se observa no Português do Brasil (PB) e no Português Europeu (PE), aparentemente perdendo-se, em contexto intervocálico, a possibilidade de oposição significativa (*caro x carro*), quadro que se supõe poder derivar-se do acentuado multilinguismo¹, e consequente complexidade sociolinguística, que caracteriza a sociedade moçambicana. As primeiras análises, já divulgadas por Brandão; De Paula (2017; 2018), demonstram que nos contextos pré-vocálicos (*roça, carro*) e de coda externa (*falar, flor*) predomina o tepe, secundado pela vibrante alveolar, no primeiro caso, e pelo apagamento, no segundo, levando em conta todas as amostras.

Neste estudo, dá-se continuidade às análises efetuadas, desta vez observando-se, em especial, o comportamento dos falantes de Português como L1 (PL1) em contraposição aos que o têm como L2 (PL2). Os resultados das primeiras análises motivaram a presente investigação, visto que demonstraram a relevância da variável *Estatuto do Português* (L1 ou L2), especialmente na posição intervocálica. Nesse contexto, o tepe foi a variante mais usada pelos falantes de PL2. Focaliza-se, então, o chamado “R forte” nos contextos inicial de vocábulo e intervocálico, buscando, entre outros objetivos, verificar se são os mesmos os fatores que concorrem, em cada caso, para a implementação do tepe e se outras variantes (especialmente a vibrante alveolar) estariam presentes na gramática dos indivíduos de nível superior desses dois segmentos sociais.

Para desenvolver o tema, além desta introdução, na primeira seção, comenta-se a distribuição dos róticos no PE e nos estudos mencionados na introdução e, na segunda seção, traça-se um breve perfil da área de pesquisa, ressaltando aspectos histórico-sócio-culturais que estão na base da complexidade observada, com apoio, sobretudo, em Chimbutane (2018). Na terceira seção, indicam-se os aspectos teórico-metodológicos que nortearam as análises, bem como os índices do tepe, a variante majoritária, por informante. A quarta seção é dedicada à apresentação dos resultados das análises e a quinta, à sua discussão. Na sexta seção, apresentam-se as considerações finais.

¹ A hipótese leva em conta a diferenciada distribuição das diversas línguas do grupo Banto pelo território moçambicano. Lamentavelmente, só se pôde ter acesso a uma dessas gramáticas, referente ao Changana (NGUNGA; SIMBINI, 2012), que predomina em Maputo, a área de recolha de dados.

OS RÓTICOS

Os róticos têm sido, não apenas no âmbito do Português, alvo de inúmeros estudos, na perspectiva quer fonética, quer fonológica, em virtude não só de sua significativa presença nas línguas do mundo (em cerca de 75% delas), mas também pelo fato de, a despeito de apresentarem tendências similares quanto à posição no vocábulo, não constituírem uma classe no sentido estrito do termo. Na realidade, esse conjunto de sons não apresenta um traço comum a todos eles, sendo o único elemento a caracterizá-los o fato de serem representados pelas letras *r* ou *rr* nas línguas em que ocorrem, o que levou Lindau (1985) a denominá-los de “família de sons”.

Como observa Brandão (2018, p. 391)²:

Ladefoged; Maddieson (1996, p. 244-245) mencionam o terceiro formante mais abaixado como um possível traço unificador de todos os róticos, mas acabam por concluir que, na realidade, isso não se aplica, pois não só o abaixamento não ocorre em todos os róticos, mas também “cada membro da classe se assemelha a algum outro membro em relação a alguma propriedade, mas não é a mesma propriedade que constitui a semelhança entre todos os membros da classe”. Para os autores, tais semelhanças parciais poderiam explicar “diversas alternâncias sincrônicas e as mudanças diacrônicas que conectam diferentes tipos de róticos entre si”, acrescentando que “embora haja vários subtipos bem definidos de sons (vibrantes, flapes, etc.) incluídos na classe rótica, a unidade global do grupo parece residir sobretudo nas conexões históricas entre esses subgrupos, e na escolha da letra ‘r’ para representar todos eles”

Embora a complexidade dessa família de sons possa ser exemplificada pelo caso do Português do Brasil, em que se registram fricativas, vibrantes, aproximantes e tepes, com maior variabilidade nos contextos pós-vocálicos, cabe verificar como se comportam no PE, que, a princípio, constitui a norma de referência do PM.

Mateus; d’Andrade (2000, p. 11) indicam para o contexto de oposição fonológica a ocorrência do tepe (como em *caro*) e da vibrante uvular (como em *carro*) na fala atual de Lisboa, a mesma que se encontra em início de vocábulo (*roça*). Segundo os autores, este último segmento coocorre com outras variantes recuadas, “sobretudo a fricativa uvular sonora [ʁ] ou a surda [χ], sendo que a vibrante alveolar [r] é comum em outros dialetos que não o aqui em consideração” (e que seria a variante conservadora).

² A tradução deste e dos demais trechos citados neste estudo são da responsabilidade das autoras.

Veloso (2015, p. 328), em consonância com esses autores, afirma haver, no PE, um processo de posteriorização do R nos contextos pré-vocálicos, que redundou, na norma lisboeta atual, na inovadora vibrante uvular [R] que estaria deixando de ser uma sonorante, sofrendo “uma mudança subsequente mais drástica”, isto é, estaria sendo substituída por uma fricativa, “dentro de uma gama de escolhas que incluiria velares (desvozeada [x] ou vozeada [ɣ]) e uvulares (desvozeada [χ] e vozeada [ʁ])”. Além disso, ele menciona a emergência, no PE, da aproximante retroflexa, em contexto pós-vocálico, sobretudo na fala de indivíduos de alto grau de escolaridade, na área do Porto.

Veloso finaliza suas observações (p. 334), que também contemplam o PB, apresentando uma síntese da cronologia da mudança dos róticos desde as primeiras constatações de Gonçalves Viana (1883, 1903), e que se reproduz com pequenas alterações formais no Quadro 1.

Quadro 1: Evolução dos róticos no PE e no PB, segundo Veloso (2015)

VIBRANTES	Pré e início do século XIX	Vibrante alveolar /r/
	Séculos XIX e XX	Vibrante uvular /R/
	Século XX até o estágio atual	PE: Fricativas [ʁ] > [χ] > [x] (RENNICKE; MARTINS, 2013; escala de frequência) PB: Fricativas e glotais [x ɣ h fi] (SILVA,2002)
FLAPES	Século XIX e início do XX	Flap alveolar [r]
	A partir de meados do século XX	PE: [r] Emergência do [ɽ] em determinados dialetos e contextos prosódicos PB: [ɽ] Realização muito comum de [ɽ] num crescente número de posições prosódicas e contextos sociais/regionais

Fonte: Veloso (2015: 334), com pequenas alterações formais

Veloso observa, ainda, que [r], [ɽ] e [R] não desapareceram completamente do PE e do PB modernos e que, no quadro, apenas “os alofones inovadores são considerados na linha do tempo de acordo com a suposta data de seu surgimento na língua”.

Quanto às variedades africanas do Português, como destacam alguns de seus estudiosos (HAGEMEIJER, 2018; GONÇALVES, 2010, 2013; CHIMBUTANE, 2018), o plano fonético/fonológico é o menos contemplado nas análises. No âmbito do Português de São Tomé (PST), a partir de 2015, começou a haver interesse pelos róticos (talvez a variável fônica mais saliente em relação ao PE e ao PB), uma vez que se verifica, de um lado, uma grande heterogeneidade, com predomínio do tepe (BRANDÃO et al., 2017; BRANDÃO; DE PAULA, 2018), de outro, sobretudo na fala dos mais jovens, indícios de mudança com a implementação da fricativa uvular sonora [ʁ] (BOUCHARD, 2017; PEREIRA; HAGEMEIJER; FREITAS, 2018). Assim, no PST, coexistem formas como [r]oça/[ʁ]oça/[ʁ]oça com formas como p[r]ofesso[r]a/p[ʁ]ofesso[ʁ]a.

Sobre os róticos no PM só se dispõe de informações esparsas (GONÇALVES, 2013) e dos estudos realizados por Brandão (2018) e Brandão; De Paula (2017; 2018). Nessa variedade, no cômputo geral, o tepe é a variante mais difundida em todos os contextos, seguida pela vibrante alveolar nos chamados contextos de “R forte”.

Brandão; De Paula (2018) analisaram os róticos, nos contextos pré e pós-vocálico, com os mesmos informantes moçambicanos que contribuíram para a presente análise. No entanto, focalizaram-nos numa diferente perspectiva, isto é, considerando os falantes de PL1 e PL2 em conjunto, embora levassem em conta a variável *Estatuto do Português* (L1, L2), cujos resultados acabaram por motivar a consecução deste estudo. Nos Quadros 2 e 3, sintetizam-se os resultados obtidos para a implementação do tepe em posição pré-vocálica.

Quadro 2: Síntese de resultados da análise de R forte em contexto inicial de vocábulo no PM

R INICIAL DE VOCÁBULO – PM	
Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar)	
416/752 dados	
Tepe: 55,3%	
VARIÁVEIS SELECIONADAS:	
<i>Nível de escolaridade, Tonicidade da sílaba/ Faixa etária</i>	
Input: .56	Significância: .001

Quadro 3: Síntese de resultados da análise de R forte em contexto intervocálico no PM

R INTERVOCÁLICO – PM	
Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar)	
254/521 dados	
Tepe: 48,8%	
VARIÁVEIS SELECIONADAS:	
<i>Nível de escolaridade/ Estatuto do Português/ Faixa etária</i>	
Input: .48	Significância: .000

Fonte: Brandão; De Paula (2018)

Dos dados expostos, cabe salientar que o tepe no contexto inicial de vocábulo (como em roça) apresenta índice levemente superior ao do contexto intervocálico (como em carro), com apenas uma diferença de 6,5%, e que as variáveis mais representativas para a sua implementação são basicamente de cunho social, conforme a hipótese inicial. Além disso, os resultados parecem indicar que, a exemplo do que ocorre no PST, na gramática da maior parte dos falantes do PM, os róticos [+ant] e [-ant], que atuam no contexto de oposição fonológica no PE e no PB, sofreram um processo de neutralização, o que será discutido na quinta seção.

A ÁREA DA PESQUISA

Moçambique, situado no Sudeste africano, com 801.537km² e 28.861.863 habitantes³, está dividido em 11 províncias, entre as quais a da cidade de Maputo, a capital da República, onde se realizaram as entrevistas que servem de base a este estudo. Apesar de, no país, serem faladas mais de 20 línguas do grupo Banto, o Português é a única língua oficial, *status* que adquiriu após a independência em 1975. A essas línguas somam-se o Inglês, o Árabe, o Hindi, o Gujarati e o Urdu (Chimbutane, 2018), o que ainda mais contribui para o multilinguismo e o multiculturalismo que caracterizam a área.

Chimbutane (2018) procura traçar, com base numa perspectiva sócio-histórica, o perfil sociolinguístico de Moçambique, na tentativa de compreender “a gênese e a diversidade do Português Moçambicano” (p. 89-90).

Segundo ele, os portugueses chegaram a Moçambique em 1498 e, mais interessados no comércio com a Índia, passaram a ocupar, a partir de 1505, os centros comerciais estratégicos, sendo o território administrado de Goa, como parte da Índia Portuguesa, até 1752. Ele observa que “embora o que constitui o atual Moçambique date de fins do século XV, só em finais do XIX as atuais fronteiras foram definidas e a relação entre os dois países foi institucionalizada”, sendo que “os portugueses só alcançaram a pacificação e o efetivo controle do território em inícios do século XX” (p. 91). Depois da independência, houve uma série de conflitos, inclusive uma guerra civil, situação que começou a mudar em 1990, com uma nova Constituição, e, mais especificamente, em 1994, com a realização das primeiras eleições democráticas.

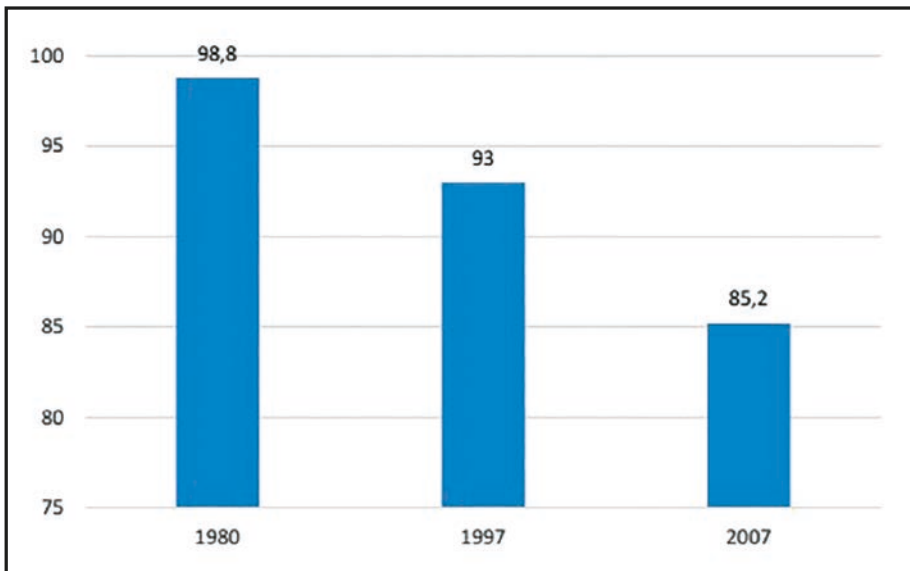
No que se refere ao PM, Chimbutane (2018, p. 92) observa que

³ Censo de 2017, ainda em processamento. Cf. <http://www.ine.gov.mz/>

Apesar de algumas melhorias após a independência, a guerra civil (1976-1992) e as incertezas políticas do pós-guerra limitaram ainda mais o desenvolvimento da educação em Moçambique. No tempo colonial, o atraso na efetiva colonização reduziu a proporção de nativos que se beneficiaram da educação colonial em Moçambique, com a conseqüente expansão limitada da língua portuguesa. Além disso, movimentos populacionais pós-independência relacionados à guerra, em particular de áreas rurais a urbanas e de uma área etnolinguisticamente ligada a outra, podem ter afetado o curso do desenvolvimento de variedades subnacionais de português, especialmente quando se leva em consideração o papel catalisador das línguas africanas na nativização dessa língua. [...] No caso de Moçambique, isto incluiu o desenvolvimento de novas formas gramaticais e discursivas, muitas vezes influenciadas pelas características das línguas africanas e dos valores socioculturais a elas associados. Embora este processo tenha sido principalmente espontâneo, ele também foi influenciado por discursos ideológicos, incluindo aqueles que fundamentam o projeto de construção da nação.

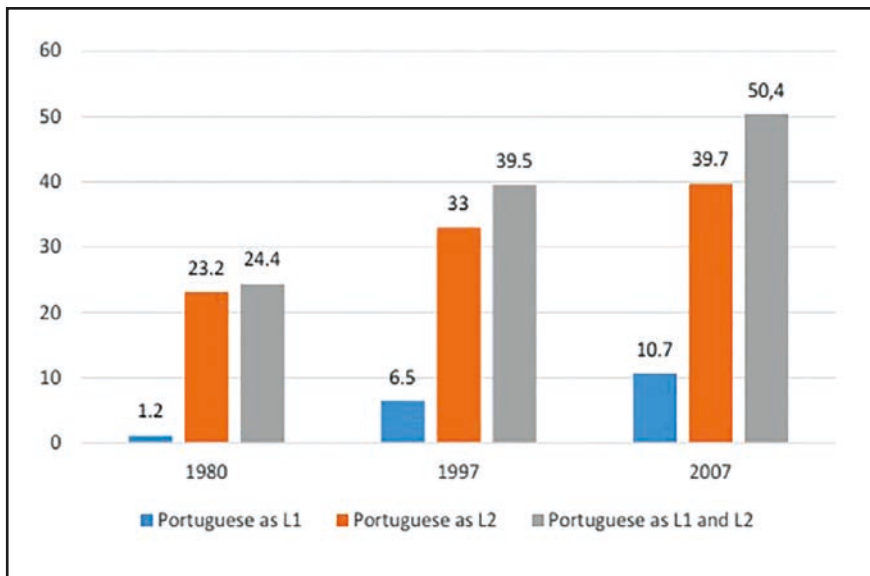
No seu estudo, apresenta dois gráficos baseados nos censos de 1980, 1997 e 2007 que sintetizam a expansão do Português – e o conseqüente decréscimo de uso das línguas Banto (Figura 1) – e o estatuto do Português L1 ou L2 (Figura 2) no decurso de 27 anos.

Figura 1: Distribuição da população com uma língua Banto como primeira língua em 1980, 1997 e 2007, em Moçambique



Fontes: Chimbutane (2018, 2012); Firmino (2000).

Figura 2: Evolução da proporção de falantes de Português como primeira (L1) ou segunda língua (L2) em Moçambique



Fontes: Chimbutane (2018, 2012); Firmino (2000).

Nesse período, como se verifica pela Figura 1, houve um decréscimo de 13,6% no uso das línguas Banto, enquanto o Português como L1 e L2 cresceu, respectivamente, 10,7% e 39,7%, observando-se, ainda, que o número total de falantes do Português já era de 50,4%, o que está, como observa Chimbutane, vinculado a políticas educacionais postas em prática sobretudo na era pós-colonial.

Cabe ressaltar, como lembra Gonçalves (2000, p. 25-26), que nenhuma das línguas Banto tem caráter majoritário ou se distribui por todas as áreas do país: o Macua, a de maior número de utentes, era falada, de acordo com o censo de 1997, por cerca de 26,3% da população. Em Maputo, por exemplo, as mais frequentes são, por ordem decrescente, o Changana, o Tshwa e o Rhonga, segundo dados do INE, 2010 (*apud* PAULA; DUARTE, 2016).

No que concerne mais propriamente ao PM, Chimbutane (2018, p. 102) resalta que a expressão Português de Moçambique não constitui, como se poderia esperar, uma variedade falada em todo o país ou que haja alguma forma de padrão estabelecida. Em suas palavras:

Embora estudos sistemáticos de correlatos sociolinguísticos de variação ainda não tenham sido realizados, há uma variação dialetal percebida do português falado em Moçambique. Tomando como referência a variedade padrão europeia, o português moçambicano tem sido descrito como um *continuum*

dialetal constituído por uma gradação desde o acroleto passando pelo mesoleto ao basileto (Gonçalves, 2010, 2012). Descrevendo o *status* dos dois extremos deste *continuum*, Gonçalves (2010) afirma que o basileto engloba as variedades faladas por indivíduos com baixos níveis de escolaridade e o acroleto compreende a variedade falada principalmente por indivíduos urbanos com maiores níveis de escolaridade. Embora Dias (2002) use termos diferentes para caracterizar essa variação, ela também se baseia na mesma abordagem de *continuum* pós-crioulo. Dias (2002) sugere que o *continuum* dialetal compreende variedades pidginizadas, mistas e padronizadas, que correspondem aos termos basileto, mesoleto e acroleto de Gonçalves (2010, 2012), embora com algumas diferenças em termos de caracterização.

Como se verifica, é grande a complexidade do PM, cujas características variam também regionalmente, em decorrência das línguas faladas nas diferentes províncias. Deve-se, portanto, considerar os resultados da pesquisa sobre os róticos que ora se apresenta como um meio de tecer hipóteses para estudos futuros com *corpora* que abranjam não só variedades urbanas.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa norteia-se pelos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), com apoio no Programa GoldVarb-X e tem por base amostras selecionadas do *Corpus* Moçambique-Port, organizado por Vieira; Pissurno, e que constam do site CORPAPORT (Corpora de variedades do Português em análise), organizado por Brandão; Vieira. As entrevistas foram realizadas com indivíduos que vivem na cidade de Maputo, portanto de perfil urbano. Os 18 informantes, na amostra geral, distribuem-se por sexo, três faixas etárias (18-35, 36-55, 56-75 anos) e três níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), levando-se, ainda, em conta, se são utentes do PL1 ou PL2 e o seu grau de conhecimento/uso de outra(s) língua(s) falada(s) em Moçambique. Considere-se que, no país, como já se mencionou, aproximadamente 10,7% dos habitantes falam o Português como L1 e 39,7%, como L2, índices que podem ter aumentado considerando o Censo de 2017, ainda em processamento.

Para a presente análise distribuíram-se os 18 informantes por dois grupos, segundo o estatuto do Português (L1, com 11 informantes, e L2, com 7), e organizaram-se, para cada um deles, duas amostras, uma referente ao contexto inicial de vocábulo (como em *roça*), outra, ao intervocálico (como em *carroça*), controlando-se variáveis sociais e estruturais. Por conta do número discrepante de informantes em cada um desses grupos, e para minimizar o não preenchimento

de todas as células sociais, amalgamaram-se as variáveis *nível de escolaridade e faixa etária*. Para dar ideia da distribuição dos róticos nas amostras de PL1 e PL2⁴, apresentam-se as Tabelas 1 e 2, a seguir, que também contêm o número de ocorrências de tepes (o valor de aplicação) em contraposição ao de vibrantes alveolares.

Tabela 1: Índices relativos ao tepe na fala de informantes de português L1

R FORTE: (1) INICIAL DE VOCÁBULO e (2) INTERVOCÁLICO						
Escol./ Sexo/ Idade	1-Fundamental		2-Médio		3-Superior	
	H	M	H	M	H	M
A 18-35		A1m5P (1) 35/36 = 97% (2) 34/37 = 97%	A2h5P (1) 20/27 = 74% (2) 14/18 = 78%		A3h6P (1) 23/51 = 45% (2) 2/11 = 18%	A3m6P (1) 5/46 = 11% (2) 0/23 = 0%
B 36-55			B2h5P (1) 18/23 = 78% (2) 9/24 = 37,5%	B2m5P (1) 42/83 = 51% (2) 28/64 = 44%	B3h6P (1) 2/21 = 10% (2) 1/10 = 10%	B3m5P (1) 20/52 = 38% (2) 19/37 = 51%
C 56-75		C1m4P (1) 43/67 = 64% (2) 25/64 = 39%			C3h4P (1) 16/66 = 24% (2) 5/28 = 18%	C3m6P (1) 40/84 = 48% (2) 13/74 = 18%

Tabela 2: Índices relativos ao tepe na fala de informantes de português L2

R FORTE (1) INICIAL DE VOCÁBULO e (2) INTERVOCÁLICO						
Escol./ Sexo/ Idade	1-Fundamental		2-Médio		3-Superior	
	H	M	H	M	H	M
A 18-35	A1h5O (1) 17/20 = 85% (2) 6/8 = 75%			A2m5O (1) 24/27 = 89% (2) 33/39 = 85%		
B 36-55	B1h5O (1) 8/12 = 67% (2) 4/8 = 50%	B1m5O (1) 6/17 = 35% (2) 5/5 = 100%				
C 56-75	C1h7O (1) 53/61 = 87% (2) 40/50 = 80%		C2h5O (1) 21/33 = 64% (2) 7/11 = 64%	C2m5O (1) 23/26 = 88% (2) 9/10 = 90%		

⁴ Os códigos que identificam os informantes indicam faixa etária (A, B e C, respectivamente, 18-35, 36-55 e 56-75 anos), nível de escolaridade (1, 2 e 3, respectivamente, fundamental, médio e superior), sexo (H: homem; M: mulher); estatuto do Português (P: L1; O: L2).

O R NAS DIFERENTES AMOSTRAS

As tabelas 1 e 2 apresentadas na seção anterior demonstram o predomínio do tepe e da vibrante alveolar, variantes [+ant], nas amostras levantadas, embora haja significativa diferença na performance dos falantes de PL1, em que a vibrante alveolar é mais frequente e do PL2, em que predomina o tepe. Porém, além delas, registraram-se, variantes [-ant] (as fricativas velar, uvular e glotal), com baixos índices: 4,3% e 1,8% no PL1, respectivamente, em contexto inicial e intervocálico; 3% e 0,8%, na mesma ordem contextual, no PL2. Desconsideraram-se esses dados na análise, obtendo-se os índices expostos nas Tabelas 3 e 4, a seguir.

Todos os indivíduos produzem o tepe, que demonstra, assim, ser uma variante em franca competição com a vibrante alveolar nos dois contextos. Apenas uma informante (A3m6P, cf. Quadro 1) não o produziu na posição intervocálica, embora o tenha realizado no contexto inicial de vocábulo (11%). Não se conhece registro do tepe “relativo ao R forte pré-vocálico” no PE; no PB, em que não é uma opção usual, é registrado, em algumas áreas de colonização não portuguesa, como, por exemplo, na Região Sul – em Panambi, de colonização alemã, e em Flores da Cunha, de colonização italiana (BRESCANCINI; MONARETTO, 2008).

Observe-se, ainda, que, no PL1, em que predomina a vibrante alveolar, em contexto inicial (cf. Tabela 3), a diferença entre essa variante e o tepe é de apenas cinco pontos percentuais, embora no contexto intervocálico a diferença aumente para 23%. No PL2, ao contrário, a diferença é de mais de 50% em ambos os contextos. Assim, a vibrante é preterida em ambas as posições na fala dos informantes de PL2, suplantada por altos índices de tepe – 77,6% e 79,4% –, enquanto é recorrente na dos de PL1, com índices majoritários de 52,5%, em início de vocábulo, e de 61,5%, entre vogais. Apesar da presença também expressiva do tepe entre esses falantes, tal diferença para aqueles que têm o Português como PL2 poderia ser indício de que falantes de PL1, em determinadas situações, se dão conta da possibilidade de oposição fonológica no contexto intervocálico, o que não parece ocorrer com os falantes de PL2.

Tabela 3: Português de Moçambique como L1 – Variantes de R para análise

Variantes de R forte entre falantes de PL1				
	Inicial de vocábulo (roça)		Intervocálico (carro)	
	Nº	%	Nº	%
Tepe	264/556	47,5%	150/390	38,5
Vibrante alveolar	292/556	52,5	240/390	61,5

Tabela 4: Português de Moçambique como L2 – Variantes de R para análise

Variantes de R forte entre falantes de PL2				
	Inicial de vocábulo (roça)		Intervocálico (carro)	
	Nº	%	Nº	%
Tepe	152/196	77,6	104/131	79,4
Vibrante alveolar	44/196	22,4	27/131	20,6

Na seção seguinte, apresentam-se, de forma contrastiva, os resultados das análises multivariadas relativas a L1 e a L2, por contexto.

R EM CONTEXTO INICIAL DE VOCÁBULO

No Quadro 4, sintetizam-se os principais resultados das análises. Nele, fica clara a diferença no uso do tepe entre PL1 e PL2, assim como indicaram os índices gerais. Entre os falantes PL1, o tepe alterna com a vibrante de forma equilibrada, beirando a faixa dos 50%, e a probabilidade de aplicação da regra é neutra, com *input* de .49. Já os falantes de PL2 implementam preferencialmente o tepe, com *input* .83 e 77,6% de uso.

Quadro 4: Síntese dos resultados das análises de R forte inicial de vocábulo (roça) no Português de Moçambique L1 e L2

PM L1	PM L2
<p>R INICIAL DE VOCÁBULO</p> <p>Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar) Tepe: 47,5%</p> <p>VARIÁVEIS SELECIONADAS <i>Tonicidade da sílaba</i> <i>Nível de escolaridade/faixa etária</i> <i>Número de sílabas do vocábulo</i></p> <p>Input: .49 Significância: .039</p>	<p>R INICIAL DE VOCÁBULO</p> <p>Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar) Tepe: 77,6%</p> <p>VARIÁVEIS SELECIONADAS <i>Tonicidade da sílaba</i> <i>Nível de escolaridade/faixa etária</i> <i>Classe do vocábulo</i></p> <p>Input: .83 Significância: .022</p>

Entre as variáveis estruturais selecionadas na análise multivariada, estão aquelas de natureza linguística: *tonicidade da sílaba*, tanto para o PL1 quanto para o PL2; *número de sílabas do vocábulo*, para PL1; e *classe do vocábulo* para PL2, as duas últimas não selecionadas na análise de Brandão; De Paula (2018) que levou em conta os dois grupos em conjunto (cf. Quadros 2 e 3 da seção 1).

Destaca-se, ainda, a variável social composta *nível de escolaridade/faixa etária*, devendo-se atentar que, nessa relação, cada fator equivale a um ou dois falantes (cf. Tabelas 1 e 2) e algumas células não estão preenchidas. Tal expediente metodológico permitiu não só verificar, até certo ponto, a performance de cada falante sem deixar de contemplar a atuação dessas variáveis, mas também salientar a complexidade sociolinguística de Moçambique.

No que tange aos falantes de PL1, um olhar atento sobre tal variável, explanada na Tabela 5, demonstra que os falantes com nível superior de escolaridade são os que menos implementam o tepe, com pouca diferença entre as faixas etárias 1, 2 e 3 (P. R. .27, .29 e .35). Enquanto isso, os falantes com menos escolaridade (níveis fundamental e médio) preferem o tepe (P. R. .97 e .64, no ensino fundamental; e .80 e .58, no ensino médio). Os da faixa etária 1, no extremo de um contínuo de acesso à educação escolar, chegam a um percentual de uso de tepe de 97,2% e P. R. .97. Por tudo isso, o aumento da escolaridade parece claramente inibir o uso do tepe no lugar da vibrante.

Tabela 5: Atuação da variável compósita *nível de escolaridade/faixa etária* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L1

Variável compósita <i>nível de escolaridade/faixa etária</i> no PM L1			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Nível Fund-18-35 anos	35/36	97,2	.97
Nível Fund-56-75 anos	43/67	64,2	.64
Nível Méd-18-35 anos	20/27	74,1	.80
Nível Méd-36-55 anos	60/106	56,6	.58
Nível Sup-18-35 anos	28/97	28,9	.27
Nível Sup-36-55anos	22/73	30,1	.29
Nível Sup-56-75 anos	56/150	37,3	.35
Input: .49		Significância: .039	

Foram também selecionadas, nessa amostra, as variáveis linguísticas *tonicidade da sílaba* e *número de sílabas do vocábulo*, tendo sido o fator relevante para o uso do tepe, a sílaba pretônica (P. R. .55), enquanto a tônica mostrou inibi-lo (P. R. .37), como se observa na Tabela 6.

Tabela 6: Atuação da variável *tonicidade da sílaba* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L1

Variável <i>tonicidade da sílaba</i> no PM L1			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Pretônica	200/389	51,4	.55
Tônica	64/167	38,3	.37
Input: .49		Significância: .039	

Quanto à extensão do vocábulo (Tabela 7), são as palavras com apenas uma sílaba (P. R. .69) que parecem favorecer o tepe. De qualquer forma, neste caso, não fica claro que palavras mais extensas diminuam o uso do tepe, pois não só a diferença entre os pesos relativos dos fatores é pequena como também os termos com quatro sílabas ou mais apresentam peso relativo acima da neutralidade (.58):

Tabela 7: Atuação da variável *número de sílabas do vocábulo* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L1

Variável número de sílabas no PM L1			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Uma sílaba	11/18	61,1	.69
Duas sílabas	63/174	36,2	.44
Três sílabas	104/201	47,7	.47
Quatro ou mais sílabas	86/146	58,9	.58
Input: .49		Significância: .039	

Na análise dos falantes de PL2, como visto, duas variáveis foram selecionadas em comum com PL1. Quanto à *escolaridade/faixa etária* (Tabela 8), entretanto, não é possível verificar a sua atuação da mesma forma que no PL1, visto que nenhum dos falantes de L2 da amostra geral tem nível superior.

Tabela 8: Atuação da variável compósita *nível de escolaridade/faixa etária* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L2

Variável compósita nível de escolaridade/faixa etária no PM L2			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Nível Fund-18-35 anos	17/20	85	.55
Nível Fund-36-55 anos	14/29	48,3	.25
Nível Fund-56-75 anos	53/61	86,9	.60
Nível Méd-18-35 anos	24/27	88,9	.75
Nível Méd-56-75 anos	44/59	74,6	.37
Input: .83		Significância: .022	

Já quanto à tonicidade da sílaba, também as pretônicas favorecem o uso do tepe (P. R. .60), como entre os falantes PL1 (P. R. .55). Dessa forma, nos dois grupos, parece que a fragilidade do contexto átono está relacionada com o tepe, enquanto a sílaba tônica seria mais suscetível à vibrante múltipla.

Tabela 9: Atuação da variável *tonicidade da sílaba* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L2

Variável <i>tonicidade da sílaba</i> no PM L2			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Pretônica	129/148	87,2	.60
Tônica	23/48	47,9	.20
Input: .83		Significância: .022	

Além das duas variáveis em comum com PL1, também foi selecionada a *classe do vocábulo*. Esse quesito, que é relevante apenas para os falantes PL2, aponta os *verbos* como a classe em que o tepe é mais usado, em face das demais (P. R. .40), como se demonstra a seguir.

Tabela 10: Atuação da variável *classe do vocábulo* para a implementação do tepe em contexto inicial de vocábulo (roça) no PM L2

Variável <i>classe do vocábulo</i> no PM L2			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Verbo	64/71	90,1	.66
Nome e outras	88/125	70,4	.40
Input: .83		Significância: .022	

R EM CONTEXTO INTERVOCÁLICO

No contexto intervocálico, é notória a presença do tepe como opção para a realização do R “forte”, entre falantes tanto de PL1 quanto de L2, o que demonstra ser essa uma característica muito proeminente do Português falado em Moçambique, que o distingue do PE e do PB.

Com os resultados abaixo, ratifica-se, e fica ainda mais evidente, a diferente performance dos falantes de PL1 e de PL2. Os primeiros aplicam o tepe em 38,5% dos casos e os últimos, em 79,4%. O primeiro desses índices, embora equivalente à metade do segundo, é expressivo, visto se tratar de um contexto de oposição fonológica. Assim, no PM em geral, tal oposição parece ter algum nível de instabilidade, o que voltará a ser comentado adiante.

Entre os falantes de L1, mostrou-se relevante apenas a variável compósita *nível de escolaridade/faixa etária* e, entre os de L2, uma variável social, *sexo*, além do *contexto subsequente* ao R, resultados expostos no Quadro 5.

Quadro 5: Principais resultados das análises de R intervocálico (carro) no Português de Moçambique falado como L1 e como L2

PM L1	PM L2
R INTERVOCÁLICO Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar) Tepe: 38,5% VARIÁVEL SELECIONADA <i>Nível de escolaridade/faixa etária</i>	R INTERVOCÁLICO Valor de aplicação: Tepe (x vibrante alveolar) Tepe: 79,4% VARIÁVEIS SELECIONADAS <i>Sexo</i> <i>Contexto subsequente</i>
Input: .36 Significância: .000	Input: .86 Significância: .017

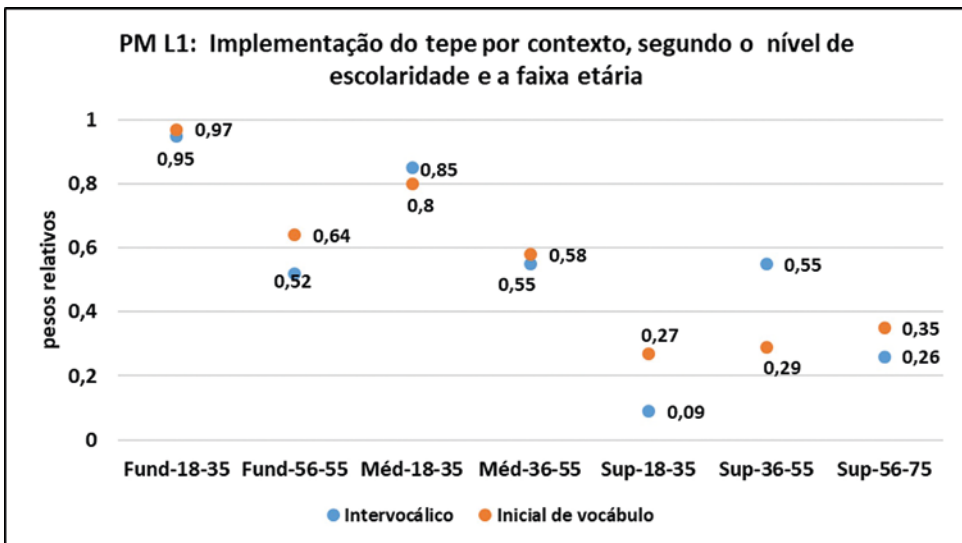
Apesar de a preferência pela vibrante por parte dos falantes de PL1 (nos índices gerais) aproximá-los da norma mais conservadora do PE, a atuação da escolaridade para que o tepe seja evitado pode indicar que a consciência fonológica de oposição entre os róticos no contexto intervocálico dependa, no PM, de maior nível de escolaridade. Como se verifica na Tabela 9, assim como no contexto inicial, os falantes jovens que cursaram apenas o nível fundamental usam o tepe acima dos 90%, nesse caso com P. R. de .95, enquanto os menores índices, P. R. .09 e .26, encontram-se, na maioria, entre os falantes que concluíram o nível superior. Também os jovens com nível médio parecem preferir o tepe de forma mais evidente que os mais velhos com alta escolaridade, com índice de P. R. .85.

Tabela 11: Atuação da variável compósita *nível de escolaridade/faixa etária* para a implementação do tepe em contexto intervocálico (carro) no PM L1

Variável compósita <i>nível de escolaridade/faixa etária</i> no PM L1			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Nível Fund-18-35 anos	34/37	91.9	.95
Nível Fund-56-75 anos	25/64	39,1	.52
Nível Méd-18-35 anos	14/18	77.8	.85
Nível Méd-36-55 anos	37/88	42	.55
Nível Sup-18-35 anos	2/34	5.9	.09
Nível Sup-36-55anos	20/47	42.6	.55
Nível Sup-56-75 anos	18/102	17,6	.26
Input: .436		Significância: .000	

É interessante comparar os resultados do PL1 para o contexto intervocálico aos obtidos na posição inicial de vocábulo, expostos na Figura 3. Os índices relativos aos dois contextos são semelhantes, só havendo discrepância na fala dos indivíduos da faixa etária média de nível superior (em realce com parênteses no gráfico), os quais destoam da tendência geral das amostras, com índices de tepe em contexto intervocálico que superam os do contexto inicial de sílaba, o que se deve à diferente performance dos informantes do sexo masculino e feminino.

Figura 3. Implementação do tepe segundo o contexto e o nível de escolaridade/faixa etária no PM L1



No PL2 (cf. Tabelas 12 e 13), a variável *escolaridade/faixa etária* não foi selecionada para o contexto intervocálico, no entanto, mais uma vez, foi uma variável de cunho social – o *sexo* – a que se mostrou mais representativa. As mulheres implementaram mais o tepe – aplicando essa variante com P. R. .67 –, enquanto os homens apresentaram P. R. .37.

Tabela 12: Atuação da variável *sexo* para a implementação do tepe em contexto intervocálico (carro) no PM L2

Variável <i>sexo</i> no PM L2			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
Homem	57/77	74	.37
Mulher	47/54	87	.67
Input: .86		Significância: .017	

Em segundo lugar, aparece selecionada a variável *contexto subsequente*, com resultado que indica as vogais [ɛ e i] (P. R. .82) como as principais condicionadoras do tepe, que com elas partilha o traço coronal. A vogal central [a] e as vogais posteriores [ɔ o u] têm índices muito abaixo delas, com peso relativo de .30 e .22, respectivamente:

Tabela 13: Atuação da variável *contexto subsequente* para a implementação do tepe em contexto intervocálico (carro) no PM L2

Variável <i>contexto subsequente</i> no PM L2			
Fatores	Apl./Nº	%	P.R.
[a]	27/39	69,2	.30
[ɛ e i]	50/52	96,2	.82
[ɔ o u]	27/40	67,5	.22
Input: .86		Significância: .017	

Conforme se pode verificar pela explanação dos resultados relativos a ambos os contextos, a despeito da relevância de fatores de natureza estrutural, fica clara a significativa atuação de variáveis de cunho social, como a da variável compósita *faixa etária/nível de escolaridade*, o que corrobora a observação de Chimbutane de que o PM, em relação ao PE, constitui um *continuum* dialetal.

DISCUSSÃO

Os resultados expostos nas seções anteriores demonstram, de um lado, a complexidade de que se reveste a emergente variedade moçambicana do Português, tanto como L1 quanto como L2, de outro, a importância da variável *nível de escolaridade/faixa etária*, entre outras que concorrem para a variação observada. Além disso, os resultados parecem ratificar e exemplificar as observações de Chimbutane (2018), quando este faz uma apreciação crítica das políticas educacionais nas eras colonial e pós-colonial responsáveis pelo “atual estado de nativização do Português em Moçambique” (p. 95). Vale a pena sintetizar suas observações.

Segundo o autor, no primeiro período da era colonial (séc. XV a 1926), a educação de nativos era feita por missionários. Só em 1930 teve início a educação colonial propriamente dita, numa associação do Estado português com a Igreja Católica, alavancada pelo relativo crescimento do número de colonos portugueses e pela necessidade de controlar a educação dos nativos, o que

levou a um sistema discriminatório: o “ensino oficial”, voltado para os filhos dos colonos e dos assimilados e que visava à formação de uma elite a serviço do Estado, e o “ensino rudimentar” direcionado aos nativos, feito por missionários e destinado a “equipar os nativos com conhecimentos rudimentares e valores morais” (p. 95-96). Nessa fase, o uso das línguas africanas na educação era proibido, o que passou a mudar a partir de 1960, entre outros aspectos, para facilitar nas escolas primárias a aprendizagem do português. Em 1974, um ano antes da independência, o analfabetismo era da ordem de 93% entre os indivíduos de mais de 7 anos. Tudo isso, reduziu “o nível de contato entre o Português e as línguas locais, restringindo a nativização daquela língua no Moçambique colonial” (p. 97-98).

Com a independência, em 1975, o Português foi declarado a única língua oficial e, por questões político-ideológicas, a língua da unidade nacional, mantendo-se as línguas africanas no mesmo patamar da era colonial, o que só veio a mudar muito recentemente. A estratégia de difundir o Português acabou por determinar a construção de escolas e a alfabetização de adultos, o que redundou na redução para 72% em 1980 e cerca 49% em 2007 da taxa de analfabetismo (p. 98).

Chimbutane (p. 98-100), com base em Diniz (1995), menciona duas fases no que se relaciona a medidas adotadas no ensino de Português entre 1975 e 1990: na primeira, que vigoraria até 1979, não haveria clareza sobre o ensino de Português como L2 nem sobre o papel das L1s dos alunos; na segunda (1979-1990), houve a reafirmação do Português como língua da unidade nacional, o incentivo a seu uso massivo, mas também, a par do objetivo de desenvolver uma variedade nativizada, criar condições para sua subsequente standardização. Chimbutane acrescenta uma terceira fase (1990 aos dias atuais) iniciada com a inclusão na Constituição de artigo que estabelece que o Estado promova o desenvolvimento e aumento do uso de línguas africanas na vida pública, inclusive na educação. Desse modo, se teriam ampliado as condições para maior contato entre o Português e as demais línguas, e, conseqüentemente, maiores chances de sua nativização.

As considerações de Chimbutane e a noção de *continuum* dialetal são importantes para a compreensão do que ocorre no PM com os róticos e, ainda, com outros fenômenos variáveis em que o Estatuto do Português e o contato com outras línguas se mostraram relevantes.

Gonçalves (2010) afirma que entre os falantes que têm como L1 o Changanha (uma das cerca de 26 línguas faladas em Moçambique, predominante em

Maputo, o local da recolha de dados), o uso do tepe no PL2 seria um processo de hipercorreção, uma vez que o Changana apresenta apenas um rótico, a vibrante alveolar, que aparece frequentemente em palavras como *areia* e *herói* – nas quais o R português é “fraco” – ao mesmo tempo em que o tepe é usado em termos como *carro* e *morrer* (2010: 42), em que o R esperado seria o “forte”.

A hipótese da hipercorreção parece não se sustentar pelo alto índice de uso do tepe no PL2 e mesmo no PL1, em menor escala. Embora ainda não se tenha analisado o R “fraco” intervocálico, a audição das fitas demonstrou que também a vibrante alveolar é empregada nesse contexto, embora não de forma tão frequente. Vale a pena mencionar o depoimento da informante A2m5O (cf. Quadro 2) em relação ao contexto de oposição fonológica:

DOC 1: “e uma palavra assim como “caro”, “carro”, quando for “um automóvel está caro”, como é que você diz? o..

L: o chapa tá car[r]o

DOC 2: “e se você quiser falar “carro,” como é que fala?”

L: O chapa tá ca[r]o

DOC 1: “e uma palavra assim como “caro”, “carro”, quando for “um automóvel está caro”, como é que você diz? o...”

L: aquele ca[r]o está ca[r]o ((muitos risos))

Doc 2: isso é mais comum aqui, né?

L: sim, é assim mesmo...porque o car[r]o é pro automóvel e o ca[r]o já é para o preço que é elevado

Doc2: entendi, entendi

A observação da performance de falantes de L1 também contradiz a hipótese. Tomando como exemplo o emblemático *carro*, verifica-se que, na fala de A1m5P, as oito ocorrências desse vocábulo foram produzidas com tepe, enquanto na de A3h6P, entre 5 ocorrências, 4 foram de vibrante alveolar e uma de tepe.

Ngunga; Simbini (2012, p. 29), em sua gramática do Changana, afirmam haver apenas a vibrante alveolar no seu sistema fonológico, apresentando como exemplos *kurila* (chorar); *rito* (voz); *murimi* (camponês), exatamente os contextos aqui focalizados. No entanto, não há qualquer observação sobre possíveis casos de variação.

Assim, pode-se formular a hipótese de que a variação encontrada no PM como um todo e, sobretudo no PM L2, deve-se não só ao contato com as línguas

faladas em Moçambique, como o Changana, que predomina em Maputo, a área da pesquisa, mas também com o PE.

De um lado, uma língua (como o Changana, por exemplo) que, até prova em contrário, apresenta categoricamente a vibrante alveolar; de outro, uma variedade do Português em que:

- (a) os pares mínimos, em contexto de oposição fonológica, têm baixíssima produtividade;
- (b) o tepe tem uma maior distribuição do que as demais variantes: ocorre em contexto intervocálico (correspondente a R [+ant]), e predomina, ainda, em ataque complexo e em coda silábica interna e externa.

Além disso, a diferença articulatória entre um tepe e uma vibrante alveolar consiste basicamente, como afirma Lindau (1985), entre uma batida e mais de uma batida nos alvéolos, o que pode não ser saliente para o indivíduo que adotou o Português (BRANDÃO; DE PAULA, 2018).

Assim, tudo indica que, no plano fonológico do PM, haja apenas um R e que a variação dependa de fatores sobretudo de natureza social, embora uma visão global do comportamento dos róticos nessa variedade ainda dependa dos resultados de pesquisas recém-iniciadas e que têm por foco o R em *onset* complexo (como em *preso, quatro*) e o R intervocálico (em contextos como *caro, senhora e espera*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as análises apresentadas não tenham seguido os princípios de ortogonalidade requeridos em análises sociolinguísticas clássicas, a opção metodológica adotada parece ter contribuído para enfatizar a complexidade que caracteriza a sociedade moçambicana, em que diversas línguas nativas concorrem para a definição da identidade sociolinguística dos indivíduos. Nesse sentido, futuras investigações têm, entre outros aspectos, de basear-se em amostras que levem em conta indivíduos com diferentes perfis, em outras áreas urbanas e em áreas rurais, com baixo ou nulo nível de escolaridade, usuários de diferentes línguas Banto, como, aliás, ressalta Chimbutane (2018). Só assim se poderá comprovar a hipótese aqui defendida de que na gramática do PM, a despeito da variação, há apenas um fonema rótico.

REFERÊNCIAS

BOUCHARD, Marie-Eve. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. Doctoral dissertation. New York University, 2017.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Apagamento de R em coda externa em duas variedades africanas do Português. *Diadorim*, v.20, n. especial, p. 390 - 408, 2018.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; DE PAULA, Alessandra. Róticos nas variedades urbanas santomense e moçambicana do Português. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org). *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018, p. 95-118.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; DE PAULA, Alessandra. Um estudo comparativo preliminar sobre os róticos em duas variedades africanas do Português. Comunicação apresentada ao Encontro Intermediário do GT de Sociolinguística da ANPOLL, Porto Alegre, 22-24 de novembro de 2017.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; PESSANHA, Davi Bretas dos Santos; PONTES, Stefany de Paulo; CORRÊA, Monique Oliveira. Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia*, v. 27, n. 2, p. 191-213, 2017.

BRESCANCINI, Cláudia; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. *SIGNUM: Estud. Ling.*, v.11, n. 2, p. 51-66, 2008.

CHIMBUTANE, Feliciano. Portuguese and African languages in Mozambique. In: LÓPEZ, Laura Álvarez; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de (Orgs.). *The portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2018, p. 89-110.

CHIMBUTANE, Feliciano. *Panorama linguístico de Moçambique: Análise dos dados do III recenseamento geral da população e habitação de 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2012.

DIAS, Hildizina Norberto. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia, 2002.

FIRMINO, Gregório. *Situação linguística de Moçambique: Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2000.

GONÇALVES, Perpétua. O Português em África. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva; NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MOTA, Maria Antónia Coelho da; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália. (Orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. Vol. 1, p. 157-178.

GONÇALVES, Perpétua. *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2010.

HAGEMEIJER, Tjerk. Prefácio. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.) *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfosintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 8-9.

LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The sounds of world's languages*. Oxford: Blackwell, 1996.

LINDAU, Mona. The story of /r/. In: FROMKIM, Victoria A. (Org.) *Phonetic Linguistics: essays in honor of Peter Ladefoged*. Orlando: Academic Press, 1985. p. 157-168.

MATEUS, Maria Helena Mira; D'ANDRADE, Ernesto. *The phonology of Portuguese*. Oxford: University Press, 2000.

NGUNGA, Armindo; SIMBINI, Madalena Cítia. *Gramática descritiva da língua changana*. 2012. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)/UEM, 2012.

PAULA Ronaldo Rodrigues de; DUARTE, Fábio Bonfim. Diversidade linguística em Moçambique. In: LEITE, Ilka Boaventura; SEVERO, Cristine Gorski (Orgs.) *Kadila: culturas e ambientes; diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 343-362.

PEREIRA, Rodrigo; HAGEMEIJER, Tjerk; FREITAS Maria João. Consoantes róticas e variação no português de São Tomé. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n.4, p. 206-224.

VELOSO, João. The english R coming! The never ending story of Portuguese rhotics. In: SIMÕES, A.; BARREIRO A.; SANTOS, D.; SOUSA-SILVA, R.; TAGNIN, E. O. (Eds.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se cruzam*. Oslo, Studies in Language, v. 7, n.1, p. 323–336. 2015. Disponível em: <<http://www.journals.uio.no/osla>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. CORPORAPORT: Variedades do Português em análise. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras-UFRJ. Disponível em: <www.corporaport.letas.ufrj.br> Acesso em: 10 jan. 2019.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva (Orgs.). *Corpus Moçambique-PORT*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Disponível em: <www.corporaport.letas.ufrj.br> Acesso em: 10 jan. 2019.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of linguistic change. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (orgs.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195.

